

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO VALE DO PARANÁ-GO (*)

Mário Cezar Tompes da Silva (**)

RESUMO

O artigo analisa a *apropriação* do espaço agrário do Vale do Paraná pelo capital e as transformações ocasionadas na organização regional a partir daí.

Constata que a estratégia de apropriação dos agentes do capital baseou-se, sobretudo, na especulação e valorização da terra o que provocou a desarticulação dos antigos latifúndios e expulsão dos ocupantes, seguindo-se uma rápida expansão da fronteira agrícola baseada em grandes propriedades de representantes do capital do Centro-Sul do país.

Esse alargamento da fronteira com base em latifúndios realimenta e acelera o processo de concentração fundiária que associado à pequena disponibilidade de terras devolutas para ocupação vai configurar a curto prazo o fechamento da fronteira agrícola regional.

Por outro lado, a pecuarização vai servir de vetor a um incipiente processo modernizador em curso na região.

Por fim, a penetração do capital com seus corolários: modernização, pecuarização e expansão da fronteira, para se viabilizarem, transformaram o Vale do Paraná, pelo menos nessa primeira etapa, em um espaço demograficamente atrativo.

UNITERMOS: Vale do Paraná - Apropriação - Espaço agrário - Pecuarização - Modernização.

OBJETIVOS

Partindo-se do princípio de que a organização de um dado espaço, se encontra intimamente relacionada com os processos que agem dentro de seus limites, é nosso propósito tentar compreender a atuação desses processos, mormente os de modernização e de expansão da fronteira agrícola que, atuando em escala nacional, incidem presentemente no subespaço do Vale do Paraná. Nesse sentido, o objetivo maior desta pesquisa, resume-se em compreender como esses processos atuam e moldam a organização do espaço agrário daquela porção do território nacional.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Encontra-se atuando dentro do território nacional o macro-processo modo de produção capitalista, o qual engendrou o desencadeamento de processos im-

portantes, como a urbanização, a industrialização, a modernização etc.

Desses processos, o da industrialização é talvez o que guarda maior importância. Foi ele que, para criar o seu mercado (de que necessitava para se expandir), acelerou o processo de urbanização (contribuindo para a criação de formas novas como as grandes metrópoles urbanas) através de uma expulsão em massa da população do campo; inseriu mudanças na agricultura ao modernizá-la e transformá-la, em uma "indústria" que compra certos insumos (adubos, máquinas, etc.) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos etc.); expandiu a fronteira agrícola além de ter contribuído para um expressivo aumento na produtividade rural (necessário para alimentar um crescente contingente da população urbana).

Os ajustes causados pelo macroprocesso e pelos processos desencadeados no espaço agrário brasileiro, são muito bem ilustrados por:

a) surgimento, no campo, de forma nova, como as grandes unidades produtoras, apoiadas em moderna tecnologia, cuja expansão nas duas últimas décadas (60 e 70) foi mais acelerada, do que em períodos anteriores;

b) expansão de latifúndios improdutivos (às vezes disfarçados em projetos de reflorestamento ou em fazendas de engorda e criação de gado);

c) desaparecimento das antigas formas. O surgimento de grandes empresas agrícolas, destruiu milhares de pequenas unidades de produção, caracterizadas em parte, por uma economia de subsistência,

(*) - Este trabalho, realizado em 1983, foi resultado de Bolsa do CNPq sob orientação da profa. Ignez Costa B. Ferreira - UNB - Brasília - DF.

(**) - Bacharel em Geografia - UNB - Brasília - DF.

onde só uma pequena parcela da produção se destinava ao mercado. As pequenas propriedades que permanecem, guardam um novo conteúdo.

Por fim, percebe-se que esses ajustes vão propiciando o surgimento paulatino de uma nova organização do espaço agrário nacional. O subespaço do Vale do Paranã, se encontra perfeitamente inserido nessa realidade e nele reproduzem-se os mesmos mecanismos que atuam no restante do território nacional. Algumas diferenças são devidas às especificidades locais que não chegam a alterar substancialmente a situação descrita acima. O subespaço caracteriza-se por estar passando por transformações profundas em direção a uma nova organização de seu espaço agrário, comandadas pelo processo de produção capitalista que, vem sendo intensificado particularmente naquela área, devido à proximidade de Brasília e à expansão da fronteira agrícola.

LOCALIZAÇÃO

O subespaço do Vale do Paranã corresponde a Microregião 352, situada no Estado de Goiás, a nordeste de Brasília entre os paralelos 13° e 15° de latitude, e os meridianos 45° 50' e 45° de longitude, com uma extensão total de 17.670 km². Esta área compreende dez municípios goianos: Alvorada do Norte, Damianópolis, Flores de Goiás, Galheiros, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Posse, São Domingos e Sítio D'Abadia (Fig. 1).

A homogeneidade da Região é fornecida pela bacia do Rio Paranã, que corta esta área no sentido sul-norte. O vale é drenado pelo rio Paranã e seus formadores.

A EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL

A escala territorial de atuação do capital financeiro nacional tem, nos últimos tempos, experimentado uma constante e contínua expansão. A partir sobretudo da década de sessenta o capital inicia um processo de penetração no espaço agrário brasileiro numa tentativa de articulação e integração da agricultura tradicional de subsistência às áreas dinâmicas do Centro-Sul do País.

Na atualidade são as fronteiras agrícolas o palco privilegiado de atuação mais intensa dos mecanismos de promoção da articulação espacial, referida acima. Não é difícil imaginarmos o porque da atração exercida por essas áreas, pois nessas regiões, segundo Becker (1982: 165), "a vastidão das terras sem donos, o despovoamento de grande parte da região, as estruturas sociais já em decomposição, facilitam sobremaneira a articulação desse espaço que, por tal razão, se valoriza e, por sua vez, valoriza o capital".

Essa apropriação do território rural, contudo, faz aflorar uma série de novas problemáticas para a sociedade brasileira. Os ajustes espaciais, presentes nesse processo e suas conseqüências negativas mais imediatas, como por exemplo a nítida tendência à concentração fundiária e a marginalização do homem do campo, são apenas alguns dos aspectos do problema mais amplo.

A atual questão agrária brasileira, se reproduz de forma mais ou menos intensa em todo o espaço agrário nacional. Na área de influência imediata de Brasília, hoje denominada "Região Geo-Econômica de Brasília", também está presente, com algumas especificidades.

Esse é um espaço periférico cuja organização encontra-se fortemente atrelada aos interesses e necessidades do polo urbano e dinâmico, representado por Brasília, sendo que o mesmo não se apresenta de forma homogênea, em toda sua extensão. Nesse sentido, observamos subespaços já articulados, onde as relações de mercado se fazem presentes; outros que se encontram em processo de integração, e, por fim alguns francamente desarticulados caracterizando-se por estarem estruturados em uma etapa capitalista preliminar, predominando uma organização tradicional, onde a produção para subsistência ainda é preponderante.

A Microregião do Vale do Paranã inserida na Região Geo-Econômica, onde desempenha o papel de fronteira agrícola, é na realidade, um subespaço em franco processo de articulação promovido pela necessidade de expansão do capital.

Ao alcançar o Vale do Paranã o capital depauperou-se com um espaço agrário já organizado e estru-

turado segundo as necessidades da economia de subsistência pré-existente. Se fez necessário portanto, a promoção de ajustes nessa estrutura espacial, a qual não coincidia com os interesses capitalistas. Tais ajustes se vêem acompanhados de conseqüências nem sempre positivas e previsíveis sendo mesmo algumas excepcionalmente problemáticas.

Nesse sentido, um exemplo complementar e igualmente importante nos é fornecido por um estudo de alguns municípios do norte goiano realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto (CODEPLAN, 1980), ao constatar que mais recentemente, com a implantação de modernas fazendas de grande porte observa-se uma tendência ao agravamento da concentração fundiária, o que pode implicar numa maior desarticulação das pequenas unidades de produção. Este fato é evidenciado pela ocorrência de disputa pela posse da terra entre pequenos produtores e grandes proprietários oriundos de outros municípios.

EXPANSÃO, FECHAMENTO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E RECONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

O Vale do Paranã, até meados da década de 50, inseria-se perfeitamente nos moldes típicos da economia de subsistência. Predominava na área, o grande latifúndio pastoril e autosuficiente no qual a atividade econômica de peso era representada pela pecuária extensiva de pasto nativo, gado inferior (curraleiro) com ausência de cercados, estando também presente no mesmo, relações paternalistas baseadas na instituição tipicamente pré-capitalista do agregado.

Nesse sentido, Becker (1982: 172) traça um excelente perfil do norte goiano daquela época "a terra não tinha valor e não era demarcada; o fazendeiro, via de regra, não possuía título de propriedade, constituindo, na verdade, um grande posseiro. Esse caráter, não foi eliminado com o "registro paroquial" que alguns conseguiram efetuar junto ao vigário local, registro de grandes extensões que não correspondiam a área utilizada, além de superpor-se. Dessa forma, não havia coincidência do espaço econômico e do jurídico, nessa sociedade espacialmente restrita".

Somente, após meados da década de 50, com a construção de Brasília e, posteriormente, com a abertura da estrada Brasília-Fortaleza, é que começam a surgir as condições para a penetração do capital no subespaço do Vale do Paranã.

É por volta desse mesmo período que ganha impulso na região o processo de expansão da fronteira agrícola. Nesse sentido, segundo dados do Censo Agrícola de 1960 da FIBGE, em um intervalo de dez anos (1950-1960) foram acrescentados à fronteira agrícola novos 68.636 ha de terras, outrora devolutas (Tabelas 1, 2, e 3). Equivalendo-se esse montante a 13,9% de toda a área agrícola de 1950. Completando esse fenômeno, observamos também o surgimento de novos estabelecimentos. Nesse período, são abertos 1.008 novas unidades da produção (Tabela 2).

O processo de expansão da fronteira agrícola nessa etapa se deu baseado, sobretudo no avanço dos minifúndios (menos de 100 ha). Essa classe de estabelecimento foi exatamente a que obteve a maior taxa média percentual de crescimento anual 8,5% a/a contra 4,8% a/a dos estabelecimentos intermediários (100 a menos de 1.000 ha) e um recuo de latifúndios (mais de 1.000 ha) que se expressa em uma taxa de crescimento negativo -0,4% a/a (Tabela 1). Foram também aqueles primeiros os que mais cresceram em relação ao número de estabelecimentos, nesse período surgem novos 856 minifúndios, 152 novos estabelecimentos intermediários e desapareceram 23 latifúndios (Tabela 4).

A fronteira agrícola portanto se expande com base preponderante nos minifúndios e em menor escala nos estabelecimentos intermediários. Outro fenômeno importante é o recuo sofrido pelos latifúndios o que vem demonstrar que os minifúndios e estabelecimentos intermediários não se expandem exclusivamente nas terras devolutas da fronteira, mas invadem também as áreas já ocupadas pelos grandes latifúndios tradicionais desarticulando internamente a antiga estrutura agrária da região.

Ainda nessa etapa observa-se o agravamento de um segundo e importante processo, trata-se da concentração fundiária (aqui talvez, fosse mais justo nos referirmos a uma reconcentração fundiária, pois o problema da concentração de terras se fazia presente

na região já em 1950, como bem nos demonstra o valor do índice de Lorenz ¹ naquele ano 0,73).

Essa reconstrução ocorrida no transcorrer dos anos 50 é comprovada pela evolução do índice de Lorenz relativo aos anos de 1950 e 1960. Em 1950, como já vimos o valor assumido por esse índice alcançava um grau de concentração de 0,73. Em 1960 esse total alcança 0,77. Esse incremento da concentração, nesse período, deveu-se sobretudo ao excessivo parcelamento da terra.

Há nessa etapa uma verdadeira fragmentação dos estabelecimentos menores. Em 1950, 91% dos estabelecimentos constituídos por minifúndios e unidades de produção intermediárias ocupavam 50% da área total. Em 1960 esses mesmos 50% da área passam a ser compartilhados por 94% dos minifúndios e estabelecimentos intermediários. Os latifúndios e alguns estabelecimentos intermediários de grande porte (somando juntos 6% dos estabelecimentos) dividem 50% da área restante. Há nesse caso um rearranjo na estrutura interna dos grandes estabelecimentos. Alguns latifúndios devem ter absorvido, através da compra, latifúndios vizinhos o que explica a diminuição, nesse período, do número desses estabelecimentos. Esse processo de "fagocitose" entre latifúndios já é ilustrativo da presença embrionária do capital na região. São, provavelmente os primeiros fazendeiros do Centro-Sul, desarticulando, através da compra, os grandes estabelecimentos da fase anterior.

Três importantes fatores concorrerão para a reprodução dos minifúndios nessa fase, no Vale do Paraná. Inicialmente, a existência e relativa abundância de terras devolutas cuja posse ainda não tinha sido reivindicada.

Um segundo fator foi sem dúvida a escassez de mão-de-obra na região que contribuiu para que os latifundiários tradicionais não oferecessem resistência vigorosa e sistemática a eventuais posseiros que viessem a se instalar em terras que os primeiros considerassem sua propriedade.

O terceiro e último fator deveu-se a existência na época de um enorme fluxo migratório motivado pela construção de Brasília e de algumas vias de circulação pioneiras como, por exemplo a Brasília-For-

taleza. Ocorre que a Região do Vale do Paraná encontra-se situada a meio caminho entre o Nordeste e a nova Capital. Sendo exatamente do Nordeste que partiu a maior parte da mão-de-obra para a construção de Brasília e das estradas, não é de todo descabido imaginarmos que uma parcela desse contingente migratório, após o término das obras tenha sido atraída pela possibilidade de se instalar em um pedaço de terra na Região.

No transcorrer da década de 60 acelera-se a expansão da fronteira agrícola. Em um intervalo de apenas dez anos (1960-1970) são acrescidos novos 284.483 ha à área agrícola do Vale do Paraná. Esse montante perfaz 50% da área agrícola total de 1960, a qual correspondia a 560.969 ha, valor que em 1970 assume o total de 845.452 ha (Tabelas 1, 2 e 3).

Contudo, esse processo de expansão da fronteira agrícola, nessa segunda etapa sofre alguns redirecionamentos em sua dinâmica. Distintamente de sua primeira fase, agora não são mais os minifúndios que contribuem preponderantemente para essa expansão. A mesma, agora ocorre baseada principalmente nos latifúndios.

Esse último passa a crescer à taxa média de 6,3% a/a, superando as taxas de crescimento dos minifúndios que cai para 4,8% a/a e das propriedades intermediárias que se mantêm em 1,6% a/a (Tabelas 1, 2 e 3). Contudo, os minifúndios são os que mais se expandem em termos de número de estabelecimentos, agravando ainda mais o problema do excessivo parcelamento das terras. Nesse período surgem novos 1.200 minifúndios contra 204 novos estabelecimentos intermediários e somente 54 novos latifúndios (Tabelas 4 e 5).

Nessa etapa acelera-se o processo de concentração fundiária. O índice de Lorenz salta de 0,77 em 1960 para 0,81 em 1970. A aceleração desse processo expressa-se como já foi visto acima no agrava-

(1) – Esse índice mede o grau de concentração de uma determinada variável. O mesmo varia de um intervalo de zero a um, onde o primeiro valor indica uma equidistribuição, enquanto o valor um indicaria concentração máxima. Os valores do índice, ao se aproximarem de um dos limites, indicam uma tendência à equidistribuição ou a concentração.

mento do problema do excessivo parcelamento da terra, associa, porém, a uma rápida expansão dos latifúndios na região.

O avanço dos minifúndios na década 1950-60 exerceu uma importante função para o redirecionamento do processo de expansão da fronteira. Essas pequenas unidades de produção, naquele período, desempenham o papel de desbravar áreas de matas virgens ainda distantes, despovoadas e de difícil acesso. Esse contingente de "linha de frente" da fronteira facilita sobremaneira a subsequente penetração do capital através da abertura de trilhas pioneiras e do povoamento da área (antes desabitada), oferecendo ao capital uma mão-de-obra em potencial relativamente abundante e barata que sem dúvida contribui bastante para a diminuição dos custos de sua determinação na área.

O processo de expansão da fronteira agrícola no período 1970-1980 passa por uma intensificação ainda maior. Nesse decênio foram acrescidos novos 544.357 ha, os quais representam 64% do total da área agrícola de 1970. A expansão nessa época é ainda superior ao total do avanço da fronteira nas duas décadas anteriores (Tabelas 1, 2 e 3).

No decorrer dessa década, os latifúndios se impõem definitivamente como os principais responsáveis pela expansão da fronteira. Enquanto estes se expandem a uma alta taxa de 7,4% a/a os minifúndios crescem a baixíssima taxa de 0,4% a/a e os estabelecimentos intermediários não ultrapassam 2,5% (Tabelas 1, 2 e 3).

Para se ter uma melhor idéia do radical redirecionamento ocorrido no processo de expansão da fronteira, a partir de 1960 e agravado após 1970 é interessante comparar as taxas médias percentuais de crescimento anual do período 1950-60 com as dessa última década 1970-1980. Houve uma completa inversão (Tabelas 1, 2 e 3).

Nessa etapa o processo de concentração fundiária agrava-se devido a persistência do fenômeno do excessivo parcelamento das terras (a área média dos minifúndios decaiu de 46 ha por estabelecimento em 1970 para 36 ha em 1980) paralelamente a uma expansão dos grandes estabelecimentos (sobretudo em

termos de área). Ilustrativo do incremento dessa concentração é a evolução do índice de Lorenz no transcorrer desses dez anos. Em 1970 esse índice totalizava 0,81% e em 1980 salta para 0,85.

A convergência e simultaneidade desses dois processos (expansão da fronteira agrícola mais concentração fundiária) contribuirão para o surgimento de um terceiro que denominaremos de "fechamento da fronteira". Esse fechamento significa, que não há mais espaços disponíveis que possam ser ocupados por pequenos produtores de subsistência, isso é, não existe mais terras sem dono. Um fato por sinal demonstra muito bem a dificuldade que os pequenos estabelecimentos encontram para se reproduzirem: no decorrer da década 1960-70 foram abertos novos 1.200 minifúndios. No decorrer da década seguinte são abertos somente 1/3 desse total, surgem só 433 novos minifúndios.

Como já tivemos oportunidade de constatar houve um redirecionamento na natureza do processo de expansão da fronteira agrícola no transcorrer dos trinta anos que vão de 1950 a 1980, além de se observar também o surgimento, nesse período, de processos novos como, por exemplo, a expansão e o fechamento da fronteira agrícola juntamente com o agravamento de antigos processos como a concentração fundiária. Cabe, nesse momento, questionarmos as razões de tais transformações.

Essas transformações observadas no subespaço do Vale do Paraná se devem preponderantemente à penetração do capital nessa Região. Essa penetração ocorre sobretudo a partir de meados da década de 1960 e seus agentes são principalmente grandes fazendeiros do Centro-Sul (São Paulo, Minas Gerais, sul de Goiás etc.). Alguns migram em virtude da valorização de suas terras no Centro-Sul, já outros (a grande maioria) aplicam seu capital no Vale do Paraná, aspirando apenas, ampliar suas terras para aumentar seus negócios. Esses últimos ao adquirirem grandes extensões de terras na fronteira não visam aproveitá-las de forma produtiva, mas transformá-las em um investimento à espera de valorização. O lucro nesse caso advém da revenda da terra e não da venda de seus produtos.

Tais latifúndios caracterizam-se por uma produção pouco intensiva muitos dos quais disfarçados em fazendas de engorda e criação de gado ou em projetos de reflorestamento, disfarce que, contudo, não consegue dissimular as reais intenções do capital e seus agentes, ou seja especular com a terra. Nesse caso, a importância da terra como meio de produção passa a um plano secundário, frente às funções de “reserva de valor” contra a erosão inflacionária da moeda e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas como as madeiras de lei, os minérios, o acesso ao crédito e aos benefícios fiscais.

Algumas características e especificidades regionais vão contribuir para acelerar o processo de apropriação do subespaço pelo capital. Em primeiro lugar o fato das terras não estarem com a correspondente documentação legalizada, vai incentivar médios e grandes fazendeiros de Minas Gerais e do Sul de Goiás a adquirirem terras na Região. Os mesmos são movidos pela possibilidade de, através da prática da grilagem ou simplesmente da expulsão, anexa, novas porções de terras às originalmente adquiridas.

Um segundo e importante fator é a nova posição privilegiada do subespaço do Vale do Paran , após a reordena o geo-política do território nacional com a transferência da capital do país para suas vizinhanças, pois a proximidade dessa área em rela o a esse potencial mercado para produtos agrícolas no futuro representado por Brasília, contribuiu para valorizar as terras da nova fronteira tornando-as mais atrativas para o capital.

A abundância de recursos naturais representada na área pela presença de grande quantidade de madeiras de lei, vai constituir-se no terceiro e último fator, que contribui para a valoriza o da área e sua conseqüente ocupa o.

PECUARIZA O, MODERNIZA O E ATRA O POPULACIONAL

A expansão da fronteira agrícola, seu posterior fechamento e a reconcentra o fundiária não esgotam a totalidade e complexidade dos processos em a o na Região. Fazem-se presentes, ainda outros processos importantes cuja considera o se faz imprescindível para uma melhor compreensão da forma de

apropria o daquela área pelo capital.

A orienta o da agricultura ² no Vale do Paran  sofreu, a partir da década de setenta uma profunda transforma o, originada pelo desencadeamento, naquele subespaço, de um intenso processo de pecuariza o.

Esse processo de pecuariza o da região,   necessário frisar, deve ser entendido dentro do contexto da apropria o do espaço pelo capitalismo, cabendo mesmo afirmar que aquele   mais uma conseq ncia dessa apropria o. Ocorre que não   a produ o de g nero agrícola para o mercado que atrai o capital para a fronteira, mas sim a terra como alternativa de investimento, a cria o de gado   a atividade que permite abrir a fazenda com pouco risco e aguardar novas oportunidades (Becker, 1982: 174). Por outro lado, a maioria dos grandes fazendeiros que se dirigem para o Vale do Paran  são pecuaristas por tradi o, além de que “há que ter retorno do investimento feito para abrir a fazenda, e o melhor negócio, para tanto,   o boi, que escapa a infla o tem ótimo mercado e não sofre riscos constituindo-se em verdadeiro cheque ao portador” (Becker, 1982: 176).

Tal processo pode ser avaliado e constatado através da análise do comportamento evolutivo da orienta o da agricultura na região no intervalo de 1970 a 1980. Passava-se de uma orienta o predominantemente mista (com o percentual da lavoura igual ao da pecuária) em 1970 – $V2 + A2$ – para uma outra fortemente orientada para a cria o (o percentual da pecuária sendo quatro vezes superior ao da lavoura) em 1980 – $V0 + A4$ (fig. 2 e fig. 3).

A a o de tal processo pecuarizado implica em alguns desdobramentos que alteram o perfil da agricultura regional. Dessa maneira, de uma orienta o agrícola em 1970 baseada em uma associa o equilibrada de culturas alimentícias (sobretudo arroz e milho) e cria o (principalmente bovina) expressa na

(2) – O termo orienta o da agricultura deve ser entendido aqui “como a expressão do objetivo de uma determinada organiza o agrária. Tecnicamente esta expressão se define pela propor o entre a produ o de origem animal (A) e vegetal (V) (Diniz e Ceron, 1970).

fórmula $V2 a3$ (ar. 2; mi.1) + $A2 b^3$ (fig. 2) passa-se no transcorrer de dez anos (1970-80) por uma alteração radical daquele equilíbrio anterior, instalando-se em 1980 uma agricultura assentada predominantemente na criação bovina, conforme nos demonstra a nova fórmula regional $V0 + A4 b4$ (fig. 3).

Tal processo de pecuarização se fez tão intenso no decorrer da referida década que em 1980 a orientação da agricultura, a nível municipal encontrava-se completamente uniforme, isto é a fórmula regional (agricultura fortemente orientada para a criação) é simultaneamente a fórmula de todos os Municípios do subespaço (ver fig. 3, comparar com fig. 2).

A fim de melhor visualizar a intensidade e o real alcance da ação do referido processo a partir de 1970 observemos a evolução das taxas média percentual de crescimento anual do rebanho bovino no intervalo 1950/80. No período 1950/60 essa taxa acusava somente 0,2% a/a. Na década seguinte 1960/70 não ultrapassa a 1,5% a/a. Mas, no intervalo 1970/80 essa taxa dá um salto enorme, alcançando um crescimento extraordinário de 12% a/a, ilustrando o dinamismo em que se assenta as bases da nova pecuária regional (Tabela 6).

Dessa forma, como se constatou acima o redirecionamento radical na orientação da agricultura corrobora a nossa afirmativa anterior, no sentido de que a aceleração desse processo de pecuarização se deve a crescente capitalização do subespaço, de maneira que o período mais intenso de apropriação desse espaço pelo capital (1970-80) (ver pg. 10), coincidentemente se constitui também o de maior expansão pecuária.

O processo de pecuarização quando alcança o Vale do Paranã, além de homogeneizar a orientação da agricultura regional traz a reboque outra importante consequência, ou seja, a pecuária ao tempo em que se constitui a principal atividade agrícola do subespaço torna-se, também responsável pelo desencadeamento de um importante processo de modernização da agricultura regional.

Ocorre que os principais agentes da pecuarização da região – fazendeiros do Centro-Sul do país – ao se instalarem na área trazem consigo algumas técnicas modernas que já empregavam com sucesso

visando diminuir os custos, em suas regiões de origem. Nos questionários aplicados na área constatou-se que 80% dos estabelecimentos que usavam tratores ou que empregavam defensivos químicos pertenciam a fazendeiros paulistas ou mineiros. Dessa forma, a modernização não é um fenômeno autóctone, pelo contrário, ele é trazido, sobretudo de fora e inserido em um subespaço periférico, através dos representantes (fazendeiros do Centro-Sul) do polo dinâmico do país. Isso, contudo, não significa que fazendeiros locais com o transcorrer do tempo, e convencidos por um efeito demonstração, não venham também se somar a esse processo de modernização.

Essa modernização, antes de 1970, era ainda um processo incipiente. É exatamente no transcorrer dessa década que o processo se reveste de um extraordinário dinamismo, fato que não constitui mera coincidência, pois também a modernização vem a reboque do capital.

A intensidade do processo de modernização pode ser comprovada através de alguns indicadores, como o maior emprego de tratores e a utilização de defensivos químicos. Nesse sentido, sobretudo o crescente uso do trator na Região ilustra e ratifica muito bem a intensificação desse processo modernizador. A taxa média percentual de crescimento anual do número de tratores que no período 1960/70 estava situada em 16,9% a/a, alcança no período seguinte 1970/80 a espetacular taxa de 34,7% a/a, superando em muito a respectiva taxa estadual referente a esse último intervalo temporal, a qual não ultrapassa os 17,9% a/a. Os defensivos químicos, que até 1970 não eram utilizados no subespaço, passam em 1975 a se fazerem presentes em 52% dos estabelecimentos da Região (Tabelas 7 e 8).

Contudo, apesar do fechamento da fronteira, da pecuarização e do início de um processo modernizador não está ocorrendo um esvaziamento populacional em larga escala do campo, ao contrário, alguns Municípios estão com taxas de crescimento da população rural surpreendentemente muito acima das respectivas médias nacionais, estaduais e regionais (Re-

(3) – a. - produção alimentícia; ar. - arroz; mi. - milho e b. - bovinos.

gião Geo-Econômica de Brasília) ou seja, estão se tornando áreas rurais demograficamente atrativas, existindo contingentes migratórios de peso em direção a essas unidades municipais.

Ora, para entendermos, esse fenômeno aparentemente desprovido de lógica se faz necessário que recusemos inicialmente as interpretações mecanicistas e os pontos de vista excessivamente simplistas. Ocorre que, os novos latifúndios que surgem e o processo de pecuarização que desencadeiam, funcionam como fator dinamizador em um subespaço praticamente pré-capitalista cuja economia mantinha-se quase em completo imobilismo, assentada em uma pecuária extensiva e em relações de produção baseadas no agregado permanente. Esse sistema não trazia dentro de si quase que nenhuma possibilidade concreta de autodinamização e de expansão.

As relações capitalistas ao alcançarem essa área, encontram um espaço com uma ocupação demográfica rarefeita e economicamente estagnado. Nesse contexto, a abertura das grandes propriedades com o corolário de empregos que isso implica (derrubada de matas, construções das sedes dos estabelecimentos, aberturas de trilhas, construção de cercados, plantação de pastos artificiais, contratação de vaqueiros etc.) torna o contingente de mão-de-obra disponível na própria região insuficiente, sendo, portanto necessário ao capital, nessa primeira etapa, atrair essa mão-de-obra extra nas regiões circunvizinhas. Dessa maneira, os imigrantes que se dirigem para o subespaço não estão a procura de terras. Mas, vão para lá, movidos pela possibilidade de um emprego.

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

A apropriação do espaço agrário do Vale do Paranã pelo capital implica uma radical reforma no conteúdo da organização espacial anterior. Dos latifúndios tradicionais de limites incertos e sem respaldo legal, com uma produção restrita de culturas subsistência e acolhendo um razoável contingente de agregados e posseiros o que possibilitou o acesso à terra, ainda que em caráter precário, a uma quantidade não desprezível de pessoas passou-se, no transcorrer da década de sessenta, e, de maneira mais intensa, após os anos setenta ao engendramento de uma nova

ordem espacial baseada em latifúndios assentados na criação bovina e na utilização de mão-de-obra assalariada (o que se tornou possível com a proletarização dos antigos agregados e posseiros). Nessa fase, a terra assume o papel de mercadoria e é estocada a espera de valorização. Dessa forma a terra, assim valorizada, ao contrário da fase passada, adquire limites bem definidos, encontrando-se juridicamente legalizada.

Em todas essas transformações o que sobressai, particularmente, é o fato de que o controle do espaço passa a ser exercido extra-regionalmente pelos agentes do capital localizados no Centro-Sul do país que adquirem grandes extensões de terras na região. De maneira que se passou de um controle intraregional do espaço (onde as decisões que afetavam o processo de ordenação espacial eram, em sua maior parte, decisões locais) para outro interregional (onde agora as decisões de gerência do espaço são adotadas segundo as conveniências de reprodução de um capital extra-regional).

A estratégia de apropriação do espaço por esses agentes do capital baseou-se sobretudo na valorização e especulação da terra o que leva os latifúndios tradicionais a venderem suas fazendas seduzidos por propostas de compra irrecusáveis para os padrões locais. Porém, nas terras ocupadas por posseiros e agregados, essa apropriação se dá de forma bem menos sutil, através da grilagem ou da pura e simples expulsão.

O encaminhamento desse processo de apropriação do subespaço do Vale do Paranã vai implicar, numa etapa inicial, em uma rápida e acelerada expansão da fronteira agrícola regional, expansão que certamente tende a arrefecer-se rapidamente nos próximos anos devido ao fato de que já não resta mais grandes quantidades de terras devolutas disponíveis.

Por outro lado, esse alargamento da fronteira agrícola ocorreu com base, sobretudo em grandes latifúndios o que vai realimentar um segundo processo, a reconcentração fundiária que associada a pequena disponibilidade de terras devolutas para ocupação vai configurar, a curto prazo, o fechamento da fronteira agrícola no Vale do Paranã. Este não deve ser entendido aqui no sentido de que não haja mais terras

disponíveis para a produção, mas significa que não restam mais terras possíveis de serem ocupadas por pequenos proprietários e posseiros.

A expansão da fronteira se deu, de forma crescente apoiada em fazendas de criação de gado, exprimindo um forte processo de pecuarização. Este último assume uma intensidade tamanha, sobretudo após os anos setenta, que a agricultura regional a partir de 1980 encontra-se assentada, preponderantemente, na pecuária, rompendo o equilíbrio anteriormente existente entre criação e lavoura.

A pecuarização da área como afirmado, (desencadeada por fazendeiros do Centro-Sul do país) vai funcionar como o principal móvel de um incipiente processo modernizador em curso no subespaço, o qual, contudo, caracteriza-se por ser parcial e incompleto, permanecendo restrito quase exclusivamente à pecuária e, assim mesmo, somente aquelas áreas onde o processo de pecuarização se faz mais intenso.

Contudo, a apropriação do subespaço pelo capital, a expansão da fronteira agrícola e o próprio processo de pecuarização seriam sobremaneira dificultados caso não fosse possível contar com um contingente de mão-de-obra abundante e barato. Nessa etapa inicial, para viabilizar a ocupação da região sem grande dispêndio de capital, tornou-se necessário atrair mão-de-obra em quantidade suficiente para executar serviços como a derrubada de matas para a abertura de novas fazendas e a conseqüente expansão da fronteira agrícola, a construção de currais, cercados e a plantação de pastos para a implantação da pecuária etc. De maneira que o subespaço passa a tornar-se demograficamente atrativo, nessa primeira fase.

Posteriormente com o avanço dos processos de modernização e pecuarização paralelamente a definitiva consolidação e fechamento da fronteira é de se prever que o subespaço deixe de ser atrativo, e mais, passe a expulsar sua população rural a exemplo do que já ocorreu no sul de Goiás.

TABELA 1
TAXA MÉDIA PERCENTUAL DE
CRESCIMENTO ANUAL (MINIFÚNDIOS)

MINIFÚNDIOS		
A N O S	TOTAL DA ÁREA (HA)	TAXA MÉDIA % DE CRESCIM. ANUAL
1950	30.448	8,5 % a/a
1960	68.933	
1960	68.933	4,8% a/a
1970	110.738	
1970	110.738	0,4% a/a
1980	115.074	

FONTE: F. IBGE

TABELA 2
TAXA MÉDIA PERCENTUAL DE
CRESCIMENTO
ANUAL (ESTABELECEMENTOS
INTERMEDIÁRIOS)

ESTABELECEMENTOS INTERMEDIÁRIOS		
A N O S	TOTAL DA ÁREA (HA)	TAXA MÉDIA % DE CRESCIM. ANUAL
1950	216.861	1,7% a/a
1960	256.449	
1960	256.449	1,6% a/a
1970	300.065	
1970	300.065	2,5% a/a
1980	385.609	

FONTE: F. IBGE

TABELA 3
TAXA MÉDIA PERCENTUAL DE
CRESCIMENTO ANUAL (LATIFÚNDIOS)

LATIFÚNDIOS		
A N O S	TOTAL DA ÁREA (HA)	TAXA MÉDIA % DE CRESCIM. ANUAL
1950	244.664	- 0,4% a/a
1960	235.587	
1960	235.587	6,3% a/a
1970	434.652	
1970	434.652	7,4% a/a
1980	889.126	

FONTE: F. IBGE

TABELA 4
CLASSE DE ESTABELECIMENTOS POR ÁREA
1950 e 1960

CLASSE DE ES- TABELECIMENTOS	1950		1960	
	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS	ÁREA (HA)	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS	ÁREA (HA)
MINIFÚNDIOS (- 100 HA)	655	30.448	1.115	68.933
ESTAB. INTERM. (100 a-1000ha)	591	216.861	743	256.449
LATIFÚNDIOS (+ DE 1000ha)	112	244.644	89	235.587

FONTE: F. IBGE

TABELA 5
CLASSE DE ESTABELECIMENTOS POR ÁREA
1970 e 1980

CLASSE DE ESTABELECIMENTOS	1970		1980	
	Nº DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
MINIFÚNDIOS (- 100 HA)	2.722	110.738	3.155	115.074
ESTAB. INTERMED. (100 a-1000HA)	947	300.065	1.152	385.609
LATIFÚNDIOS (+ DE 1000 HA)	143	434.652	277	889.126

FONTE: F. IBGE

TABELA 6
TAXA MÉDIA PERCENTUAL DE
CRESCIMENTO ANUAL DO
REBANHO BOVINO

A N O S	Nº DE CABEÇAS DE GADO	TAXA MÉDIA% DE CRESC. ANUAL
1950	87.406	0,2
1960	89.412	1,5
1970	103.113	
1980	321.586	12,0

FONTE: F. IBGE

TABELA 7

TAXA MÉDIA PERCENTUAL DE
CRESCIMENTO ANUAL DE
TRATORES

A N O S	Nº DE TRATORES	TAXA MÉDIA % DE CRESC. ANUAL
1950	-	-
1960	4	-
1970	19	16,9
1980	375	34,7

FONTE: F. IBGE

TABELA 8

PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS
QUE USAM DEFENSIVOS

A N O S	INFORMANTES	% DOS ESTABEL. QUE USAM DEFENSIVOS
1950	-	-
1960	-	-
1970	-	-
1980	1.577	52%

FONTE: F. IBGE

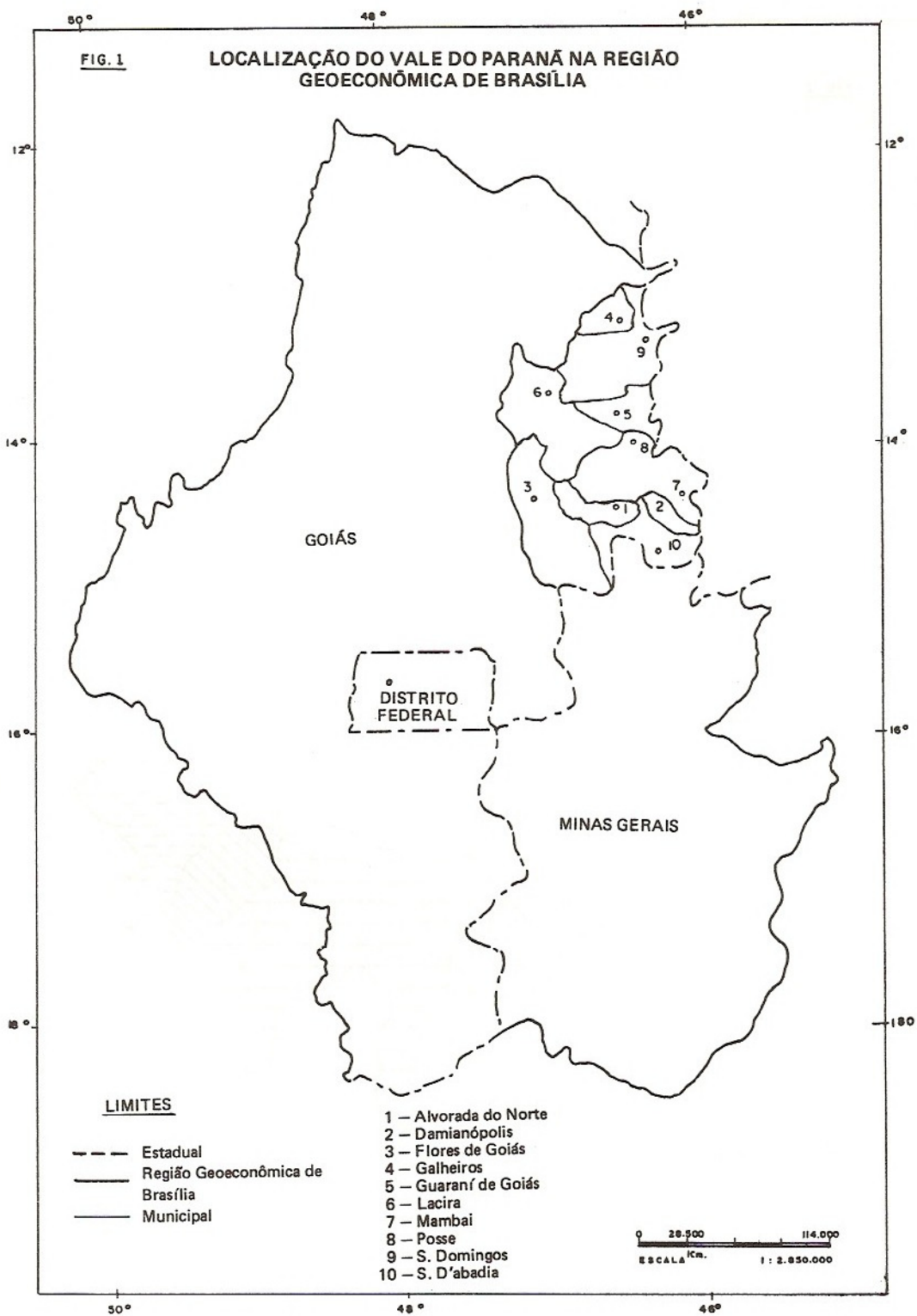


FIG. 2

ORIENTAÇÃO DA AGRICULTURA

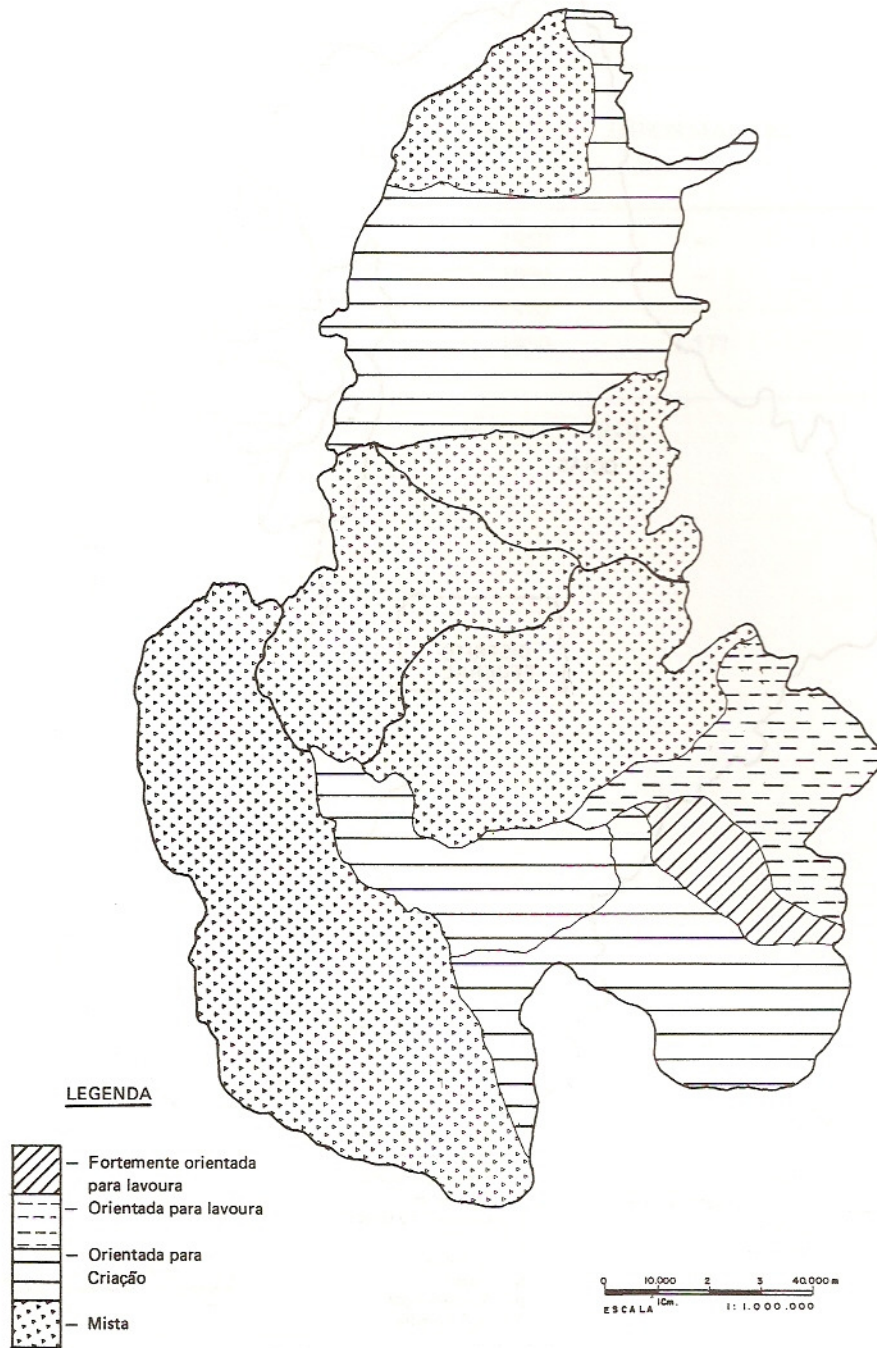
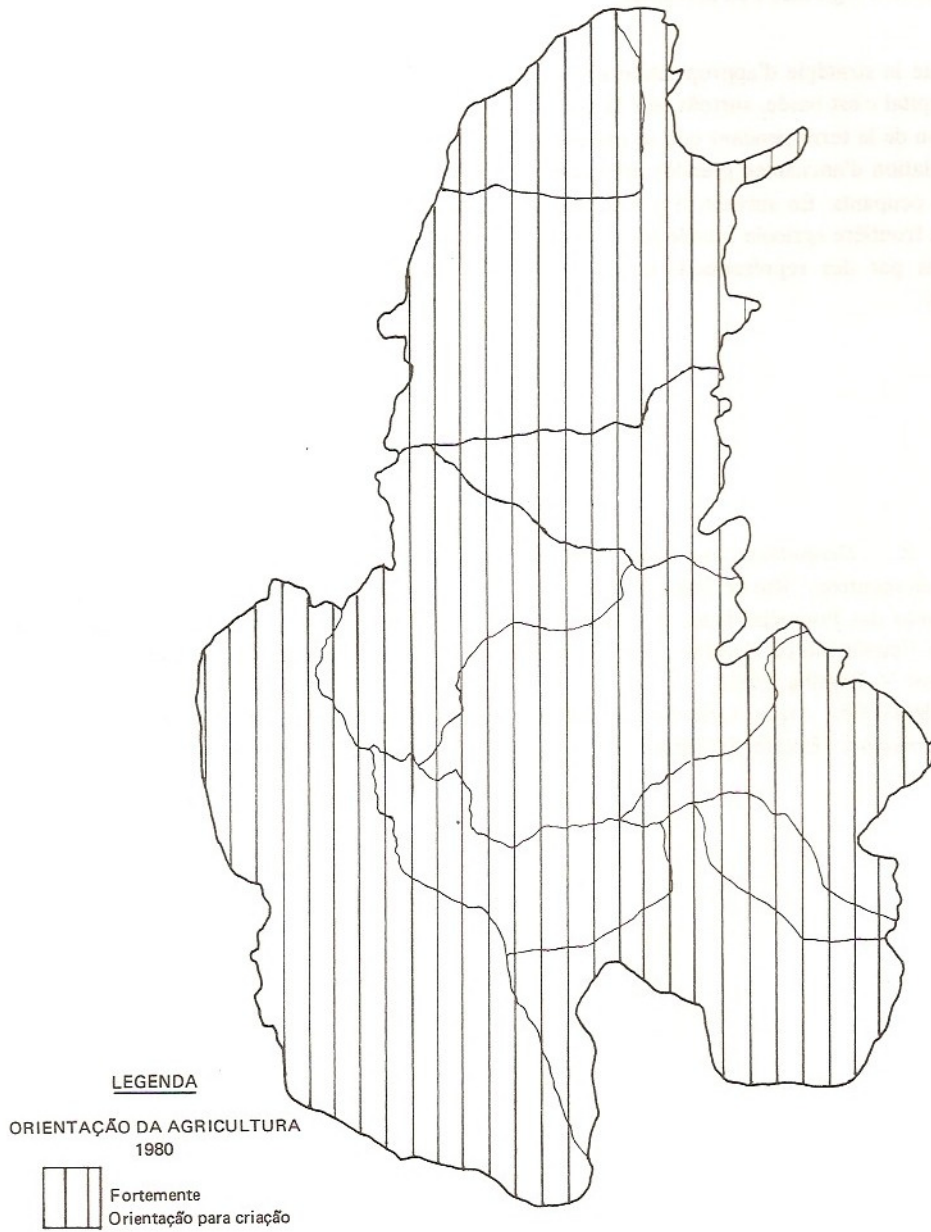


FIG. 3

ORIENTAÇÃO DA AGRICULTURA – 1980



RESUMÉ

L'article analyse l'appropriation par le capital de l'espace agraire du Val du Paran , aussi bien que les transformations de l'Organization régionale s'en suivantes.

Il constate que la stratégie d'appropriation employée par les agents du capital c'est basée, surtout, sur la spéculation et la valorisation de la terre pendant que se phénomène a caus e la désarticulation d'anciennes grandes propriétés et l'expulsion de leurs occupants. En suivant, il y a eu une expansion rapide de la frontière agricole fondée sur de grandes propriétés possédées par des représentants du capital du Centre-Sud du pays.

Cet élargissement de la frontière dont les grandes propriétés sont la base, réalimente et donne plus de vitesse au processus de concentration de terres, lequel combinée   la petite disponibilité de terres libres, va déterminer, dans le futur proche, la fermeture la frontière agricole régionale.

En outre, l'effort concentré sur l'élevage va servir de direction pour un faible processus de modernisation qui coule déjà   la région.

Finalement, la pénétration du capital avec ses corollaires la modernisation, l'élevage du bétail et l'expansion de la frontière, pour qu'elles puissent se réaliser, a transform  le Val du Paran , au moins dans ce premier stage, en un espace démographiquement attractif.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K. *Geopol tica da Amazônia. A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, 1982.
- CODEPLAN. *Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geo-Econ mica de Brasília, Padre Bernardo-GO*. Volume V. Brasília, 1980.
- DINIZ, José A. Felizola, Ed. * reas Agrícolas Subcosteiras do Nordeste Meridional*. Recife, SUDENE, 1981.
- & OL VIO CERON, Ant nio. "Tipologia da Agricultura, Questões Metodológicas e Problemas de Aplica o ao Estado de São Paulo". *Revista Brasileira de Geografia* 32 (3): 41 a 69, 1970.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A moderniza o dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.